****

***FACULDADE INTERNACIONAL SIGNORELLI***

***Autor: Ivan Dionizio da Cruz***

***Nome do Artigo: EDUCAÇÃO JOVEM E ADULTA (EJA) EVAZÃO ESCOLAR***

** *SUMÁRIO***

***1- SEUMARIO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_3***

***2- INTRODUÇÃO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_4***

***5- UM BREVE HISTÓRICO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_5***

***6- ALGUNS DADOS DA “EJA” EM JAPERI – RJ.\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_7***

***7- EDUCADOR O ALUNO E A METADOLOGIA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_8***

***8- EVASÃO ESCOLAR \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_9***

***9- AS METAS ATUAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_10***

***10- METAS: IMPLANTAR O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANO*\_\_\_\_\_\_\_\_\_ 11 *INDICE DA EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JAPERI – RJ***

**11- *A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS***

***E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA EJA NO BRASIL\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_13***

***12-* *PRESSUPOSTO TEORICO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_14***

***13- O PROFESSOR ATUAL É PRECISO ESTA PREPARADO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_19***

***14- CONSIDERAÇÕES FINAIS\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_22***

***15- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_23***

** *RESUMO***

Este artigo apresenta elementos para o estudo das questões relativas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a evasão escolar e a metodologias e práticas escolares para diminuir o processo da evasão. Utiliza como dados uma pesquisa bibliográfica onde examina questões relacionadas à evasão escolar e buscam através da teoria demonstrar que as práticas construtivistas motivam esses alunos a manterem-se frequentando as aulas. Aponta a necessidade de um ambiente afetivo que propicie aprendizagem, tendo em vista o vínculo com os alfabetizados no processo de ensino-aprendizagem e a transformação da escola num espaço agregador das práticas sociais, inspirada na concepção de educação com qualidade social, para conquistar as condições necessárias ao perfil exigido no mercado de trabalho.

**Palavra - chaves:** Educação de Jovens e adultos; evasão escolar.

**ABSTRACT** This article presents evidence for the study of issues relating to Youth and Adults (EJA), truancy and school practices and methodologies to reduce the dropout process. Uses data as a bibliographical examines issues related to truancy and search through the theory show that the constructivist practices motivate these students to remain attending classes. Indicates the need for a caring environment that fosters learning in order link with the learners in the teaching-learning and school transformation within a aggregator of social practices, inspired by the concept of social quality education, to gain the necessary conditions the profile required in the job market.

**Key words:** Youth and adult education; School dropout rates.

** INTRODUÇÃO**

Este trabalho tem como alvo principal conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Município de Japeri – Estado do Rio de Janeiro – RJ*.* E seu desenvolvimento atual. *Alfabetizar Jovens e Adultos não se restringe meramente ao ato de frequentar a escola*, mas de se integrar a um grupo social que atingiu nível diverso na aprendizagem educacional. A escolha do tema se deu com o convívio obtido em sala de aula, com jovens e adultos durante um trabalho realizado em associações de moradores do meu município. A maioria das pessoas depois da adolescência reconheceu – se, á necessidade de frequentar uma unidade a escolar, e passaram a almejar esse conhecimento. As razões de não terem sido alfabetizados na idade certa podem ser inúmeras, com o fato de não ter acesso a uma unidade de ensino em sua localidade residencial. Outro problema é a evasão escolar aparece um dos principais itens, a falta de tempo e disposição para os estudos, e ter que trabalhar para sobreviver é um dos fatores bastante assinalados, por isso é comum ainda haver escolas que alfabetizam jovens e adultos. Os que conseguem frequentar a escola onde está implantado o programa de Jovens e Adultos (EJA) atingem o grau que tanto almejaram, sente-se motivados a seguir nos estudos, consciente da necessidade e a importância do ato para as suas vidas. Na verdade, um mundo novo se abre, e passam ver novos horizontes, e o futuro que até então não se via. Para os professores é fundamental obter conhecimento didático para facilitar a alfabetização, pois certamente com os jovens e adultos não acontece da mesma forma como na infância, os adultos precisam ser incentivados, motivados de maneira ímpar, para que não deixem os problemas vivenciados no exterior da unidade escolar, ou seja, frequentar as salas de aulas. Com o uso da didática, os professores, mediadores, podem promover uma prática educativa diferenciada, promovendo situações específicas no andamento educacional de jovens e adultos (EJA), que também necessita de formações, afeto e socialização. A educação é um direito reconhecido pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), é assegurado gratuitamente aos que não tiveram acesso na idade própria e segundo a Lei das Diretrizes o poder público deverá estimular o acesso e a permanência dos jovens e adultos na escola. O estudo é oferecido pelas escolas públicas e por projetos comunitários de alfabetização, neste contexto enfatiza esse processo de aprendizagem, analisando as informações sobre o tema, no município de Japeri – RJ. Com isso possibilita a criação e desenvolvimento com dinamismo, a educação de jovens e adultos (EJA) no município citado.

** *UM BREVE HISTÓRICO***

**(1-0)** O Mobral procura restabelecer a idéia de que as pessoas que não eram alfabetizadas eram responsáveis por sua situação de analfabetismo e pela situação de subdesenvolvimento do Brasil. Um dos slogans do Mobral era: “você também é responsável, então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável” (STEPHANOU; BASTOS (ONGs), 2005, p. 270). Junto a essa idéia, também houve recrutamento de alfabetizadores sem muita exigência, rebuscando a idéia de que para educar uma pessoa adulta é necessário ser apenas alfabetizada, sem entender o método pedagógico. Por fim, o Mobral foi extinto em 1985, com a chegada da Nova República, e seu final foi marcado por denúncias sobre desvios de recursos financeiros, culminando numa CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito).

**(1-1)** Muitas pessoas que se alfabetizaram pelo Mobral acabaram desaprendendo a ler e escrever. No período militar, a economia brasileira é determinada pela redução do investimento, a diminuição da entrada de capital estrangeiro, a queda da taxa de lucro e a aceleração do processo inflacionário. Pode-se dizer que estas características são frutos de uma tentativa frustrada da fixação de um modelo econômico autônomo. Além disso, a economia brasileira se encontrava numa grande crise de nível conjuntural, que acabou continuando no início da Nova República. Porém, poderemos ver que com a Nova República á primeira explicitação legal dos direitos dos cidadãos que não foram escolarizados na idade ideal, como destaca Oliveira (2007, p. 4): Vale lembrar, que na emenda constitucional N° 14/96 fica estabelecido que a União deverá investir nunca menos que trinta por cento do orçamento, o artigo 212 para a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental. Assim, com a nova constituição de 1988, prevê-se que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. De acordo com a LDBEN, 31 é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial de Educação para Todos, e com base na (LDBEN), foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB Nº 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

**(1-2)** Ressalta-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos. Com o fim do Mobral em 1985, surgiram outros programas de alfabetização em seu lugar como a Fundação Educar, que estava vinculada especificamente ao Ministério da Educação. O seu papel era de supervisionar e acompanhar, junto às constituições e secretarias, o investimento dos recursos transferidos para a execução de seus programas. No entanto, em 1990, com o Governo Collor, a Fundação Educar foi extinta sem ser criado nenhum outro projeto em seu lugar. A partir daí então, começou a ausência do governo

**“O inciso I do artigo 208 indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Em seu artigo 214, a Carta Magna indica também a que legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à • I – erradicação do analfabetismo, • II – universalização do atendimento escola”. (Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59)**

**** Federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da educação de jovens e adultos. Paralelamente, foram feitas muitas experiências de universidades, movimentos sociais e organizações não-governamentais em relação à educação. *Há uma imensa pluralidade de práticas metodológicas baseadas em descobertas, linguísticas, psicológicas e educativas recentes (como os estudos de Emília Ferero),* que contribuíram para a criação de métodos de alfabetização.

**(1-3)** Entre os movimentos que surgiam no início da década de 90, podemos destacar o Movimento de Alfabetização (Mova), que procurava trabalhar a alfabetização a partir do contexto sócio-econômico das pessoas alfabetizadas, tornando-as co-participantes de seu processo de aprendizagem. Somente em 1996, surge novamente um programa nacional de alfabetização promovido pelo governo federal. No entanto, com o Programa Alfabetização Solidária (PAS), parecia que estávamos tendo um replay das campanhas das décadas de e. As principais críticas a este plano eram que:

**Além de se tratar de um programa aligeirado, com alfabetizadores semipreparados, reforçando a idéia de que qualquer um sabe ensinar, tinha como um de seus pressupostos a relação de submissão entre o Norte-Nordeste (subdesenvolvido) e o Sul-Sudeste (desenvolvido). Além disso, com a permanente campanha ‘Adote um Analfabeto’, o PAS contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não sabe ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 272).**

Em 1998, surge o Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), com o objetivo de atender às populações situadas nas áreas de assentamento. Este programa estava vinculado essencialmente ao INCRA, universidades e movimentos sociais. Em 2003, o governo federal lançou o Programa Brasil Alfabetizado, que no início tinha característica de mais uma campanha, com ênfase no trabalho voluntário, prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas. No entanto, em 2004, com a mudança do Ministro da Educação, o programa foi reformulado, retirando-se a meta de erradicar o analfabetismo de 4 anos e a duração dos projetos de alfabetização foi ampliada, de 4 para 8 anos. Assim, chegamos ao século XXI com uma alta taxa de pessoas que não têm o domínio sobre a leitura, a escrita e as operações matemáticas básicas, tendo quase 20 milhões de analfabetos considerados absolutos e passam de 30 milhões os considerados analfabetos funcionais, que chegou a frequentar uma escola, mas por falta de uso de leitura e da escrita, tornaram à posição anterior. Chegam, ainda, à casa dos 70 milhões os brasileiros acima dos 15 anos que não atingiram o nível mínimo de escolarização obrigatório pela constituição, ou seja, o ensino fundamental.

**Somam-se a esses os neo analfabetos que, mesmo frequentando a escola, não conseguem atingir o domínio da leitura e da escrita (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 273).**

Este referencial histórico nos dá embasamento para uma análise da situação atual da educação brasileira. É assustador o número de pessoas que lêem um texto simples e não entendem o sentido apresentado pelo autor. Podemos dizer que essa é uma herança de todo o tratamento que a educação brasileira sofreu ao decorrer de sua história. É lamentável que reduzissem a alfabetização à apreensão dos signos sem a apreensão dos significados.

** *ALGUNS DADOS DA “EJA” EM JAPERI – RJ.***

**1.4** No município de Japeri no Estado do Rio de Janeiroo levantamento foi elaborado a partir dos censos escolares disponibilizados pelo Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. O Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado todos os anos e coordenado pelo Inep. Ele é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas do país. Trata-se do principal instrumento de coleta de informações da educação básica, que abrange as suas diferentes etapas e modalidades: ensino regular (educação infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial e educação de jovens adultos (EJA).

|  |
| --- |
| Número de matrículas EJA - Educação de Jovens e Adultos |
| Número de matrículas em Japeri – RJ. |

**Matriculas ano Japeri – RJ.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 2016 |  |  | 2.267 matriculas. |
| 2015 |  |  | **2.344 matriculas.** |
| 2014 |  |  | **2.938 matriculas.** |
| 2013 |  |  | **3.097 matriculas.** |

**FONTE: INEP – Inistituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais l Censo Escolar**

**Alunos (EJA) Município de Japari - RJ**

|  |
| --- |
| Taxa de crescimento do número de matrículas EJA |
| Com Percentual anual Negativo em Japeri- RJ. |

**Taxa de crescimento do Número de Matrículas EJA. Em Japeri – RJ.**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 2016 |  |  | - 5,50% |
| 2015 |  |  | **-5,53%** |
| 2014 |  |  | **- 2,87%** |

**FONTE: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionalis l Censo Escolar**

**Alunos: Jovens e Adultos (EJA) Japeri – RJ.**

** *EVASÃO ESCOLAR***

**3.0**A evasão escolar está dentre os temas que historicamente faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias atuais, espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Ou seja, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central de debate o papel tanto da família quanto da escola em relação à vida escolar da criança. No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a criança em seu percurso. O que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. Em seu lugar, o que se vê é que cada vez mais a evasão escolar vem adquirindo espaço nas discussões e reflexões realizadas pelo Estado e pela sociedade civil, em particular, pelas organizações e movimentos relacionados à educação no âmbito da pesquisa científica e das políticas públicas. Vários estudos têm apontado aspectos sociais considerados como determinantes da evasão escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as políticas de governo, o desemprego, a desnutrição, a escola e a própria criança, sem que, com isto, eximam a responsabilidade da escola no processo de exclusão das crianças do sistema educacional.

**3.1** Analisando a questão do fracasso escolar no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, Freitas destacou que: em cada *1000 alunos iniciais de 1960, somente 56 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1973. Isso significa taxas de evasão 44% no ano primário, 22% no segundo, 17% no terceiro. A elas se associam taxas de reprovação que entre 1967 e 1971 oscilavam em torno de 63,5%. (FREITAS, 1994, p.61)*Em se tratando do Município de Japeri no Estado do Rio de Janeiro - RJ, dados oficiais da Secretaria Estadual de Educação retratam que em 1995, *"a reprovação e evasão somavam 39%, e apenas 10% dos jovens na faixa de 15 a 19 anos encontravam-se matriculados no Ensino Médio”. (SEDUC, 2000)*. Assim, os dados revelam uma realidade bastante preocupante e que atinge desde o nível micro (a escola) até o nível macro (o Estado e o país).  Diante do fato, inúmeras medidas governamentais têm sido tomadas para erradicar a evasão escolar, tendo como exemplos, à implantação da Escola Ciclada, a criação do programa bolsa-escola, ou seja, hoje é bolsa família, a implantação do Plano Desenvolvimento Escolar (PDE), dentre outros, mas que não têm sido suficientes para garantir a permanência da criança, dos Jovens e Adultos e a sua promoção na escola.

A evasão escolar, não é um problema restrito apenas no Município de Japeri - RJ, a penas algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões nas pesquisas educacionais no cenário brasileiro, assim como as questões do analfabetismo e da não valorização dos profissionais da educação expressa na baixa remuneração e nas precárias condições de trabalho.De maneira geral, os estudos analisam o fracasso escolar, a partir de duas diferentes abordagens: a primeira, que busca explicações a partir dos fatores externos à escola, e a segunda, a partir de fatores internos. Dentre os fatores externos relacionados à questão do fracasso escolar é apontado o trabalho, as desigualdades sociais, entre família. E dentre os fatores intra-escolares são apontados a própria escola, a linguagem e o professor. Jovens e Adultos EJA.

 ***AS METAS ATUAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO***

**4.0** Uns dos eventos mais importantes de 2014 para o futuro da Educação brasileira foi realizado em Brasília de 28 de março a 1º de abril de 2014: a Conferência Nacional de Educação (Conae), um espaço de discussão sobre os rumos que o país deve tomar em todos os níveis de ensino. Dessa conferência saíram às diretrizes que darão origem ao Plano Nacional de Educação (PNE) de 2015, documento que organiza prioridades e propõe metas a serem alcançadas nos dez anos seguintes. *"O PNE traça os objetivos, mas sua política é responsabilidade dos diferentes níveis de governo, que precisam criar planos de ação",* diz Francisco das Chagas Fernandes, secretário-executivo do Ministério da Educação *(MEC)* e coordenador geral da comissão organizadora da Conae.

Aí mora o problema: para a versão atual do PNE - que está em vigor desde 2001 e tem encerramento previsto para este ano -, a esmagadora maioria dos municípios e estados não aprovou uma legislação que garantisse recursos para chegar lá nem punição para quem descumprisse as ações previstas por ele. A União também não ajudou, pois o artigo que recomendava o investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em Educação foi vetado pelo então presidente, Fernando Henrique Cardoso. "Sem verba definida, não dá para cobrar ações dos governos municipais e estaduais", *argumenta Mozart Neves Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e presidente-executivo do movimento Todos pela Educação.*

Para a nova versão do plano, as entidades ligadas à Educação defendem que haja a determinação clara da origem dos recursos e da área em que devem ser investidos. Se isso ocorrer, o Plano pode colaborar para a luta por uma Educação pública de qualidade. Caso contrário, vira letra morta já em seu nascedouro, como ocorreu em 2001. Na maioria das 295 metas propostas, agrupadas em cinco prioridades, tivemos resultados abaixo do esperado. *"Algumas não são quantificáveis, o que dificulta a fiscalização. No novo plano, queremos ter menos objetivos, e todos numéricos e realizáveis", diz Fernandes*. A seguir, você confere um balanço dos principais indicativos do PNE 2001, com um retrato dos avanços e de onde a situação segue complicada.

**Universalizar o Ensino Fundamental**

**5.0** Em 2013, 2,4% dos brasileiros de 7 a 14 anos ainda estavam fora da escola, uma queda de 1,1% em relação aos dados de 2001. Apesar do avanço e do percentual baixo, os números absolutos ainda assustam: são 680 mil crianças sem estudar - 450 mil delas negras e pardas, a maioria vivendo nas regiões Norte e Nordeste. *"Garantir a permanência segue sendo um desafio. É preciso oferecer condições como transporte, alimentação e apoio às famílias", defendem Ramos.*

 ***Meta: Implantar o Ensino Fundamental do nono ano***

**5.1** Aqui, sim, são possível comemorar. Em 2010, 59% das matrículas já foram feitas no novo sistema de seriação.A expectativa é que em 2014 o índice tenha chegado à casa dos 100%. Os especialistas consideram a mudança um marco: com a garantia do ingresso na escola aos 6 anos, as chances de que as crianças cheguem aos 7 ou 8 anos sabendo ler e escrever são maiores do que antes. O grande desafio, mais uma vez, é garantir a qualidade do ensino.

**Incluir crianças, jovens e adultos**

Enquanto a previsão para 2014 é de 100% de matrículas no Ensino Fundamental do nono anos, o atendimento em EJA ficou distante do esperado.

**Meta: Assegurar a EJA para 50% da população que não cursou o ensino regular**

Entre 2001 e 2007, 10,9 milhões de pessoas fizeram parte de turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Parece muito, mas representa apenas um terço dos mais de 29 milhões de pessoas que não chegaram à 4ª série e seria o público-alvo dessa faixa de ensino. A inclusão da EJA no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) representou uma fonte de recursos para ampliar a oferta, mas não atacou a evasão, hoje em alarmantes 43%.

**Meta: Reduzir em 50% a repetência e o abandono**

**5.2** Com prazo de execução até 2006, a meta tinha uma dupla ambição: melhorar o fluxo escolar (reduzindo a chamada distorção idade-série) e garantir a aprendizagem (evitando a progressão automática de alunos que não atingiram as expectativas para cada etapa). No que diz respeito ao abandono, os resultados são bons: entre 2001 e 2007, os índices no Ensino Fundamental caíram de 9,6 para 4,8% (exatos 50%). Mas a reprovação, por sua vez, aumentou de 11 para 12,1% no mesmo período, mantendo-se num patamar muito elevado em relação aos vizinhos da América Latina e Caribe, que ostentam índices em torno de 4%. A porcentagem de estudantes do Ensino Fundamental com idade acima da recomendada para a série que cursam caiu 35%, mas segue alta: 25,7% (um em cada quatro alunos), segundo dados de 2007.

**Meta: Erradicar o analfabetismo até 2010**

O programa Brasil Alfabetizado, do Governo Federal, atendeu quase 10 milhões de pessoas nesta década *(segundo o PNE, o total deveria ter sido atingido em 2006). Mas, entre 2001 e 2008, a taxa de analfabetismo caiu apenas de 13% (16 milhões de pessoas) para 10% (14,5 milhões).* Isso se explica, entre outros fatores, porque o programa atingiu mais analfabetos funcionais *(com noções rudimentares de leitura e escrita)* do que absolutos - que, de acordo com dados de 2005, representavam só 27% dos inscritos.

 ***INDICE DA EVASÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE JAPERI – RJ***

O município de Japeri tem nota 4.3 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

Segundo os coordenadores da pesquisa do (Ideb) os professores; ***FELIPE CARVALHO E JOÃO ANTONIO BARROS***

***Em Entrevista a Folha de são Paulo. 2015***

**1.0** Apesar de pagar um dos melhores salários aos professores no Rio de Janeiro, Japeri tem nota vermelha nas escolas dos seis bairros mais pobres do estado. Reflexo do dever de casa mal feito. São aulas a menos e evasão a mais, principalmente nos dois últimos anos do Ensino Fundamental da educação jovens e adultos (EJA), que, somados à falta de sistema pedagógico complementar — e, escreveram a Educação de Japeri no ‘quadro negro’ do Ministério da Educação. (MEC). *Á ainda segundo os coordenadores da pesquisa, e os dados do (IBGE). Japeri tem 100 mil habitantes. Vinte e sete por cento das famílias do município estão inscritos no programa Bolsa Família. São cerca de 40 mil pessoas beneficiadas e a metade delas vive em absoluta miséria.* *O Estado do Rio tem 350 mil famílias que vivem em situação de extrema pobreza. Japeri, na Baixada Fluminense, é o município onde essa situação é mais grave. A cidade é a que tem o pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do Estado (Ideb).* Diante desse quadro o município vai ser o primeiro a participar do programa Renda Melhor, do Governo do Estado, na fase experimental.

**1.2** O projeto Educação Jovens e Adultos (EJA) é excelente, o problema é a prefeitura e a secretaria municipal de educação, a maioria dos estudantes do (EJA) tem uma somatório de dificuldades e desestímulo vivido na pele dos estudantes entre 17 aos 28 anos, e abandonaram a escola no fim de abril após trocar o Ciep 207 — um dos piores, índice no Ideb — pelo Colégio Estadual Prefeito Luiz Guimarães, na vizinha Queimados. Esses Jovens é mais do que um exemplo na Educação Jovem e Adultos no município de JAPERI-RJ. Eles são replica a realidade da vida educacional dos bairros mais pobres do Rio. Os índices do governo mostram que o número de alunos que deixam as salas nos últimos dois anos do Ensino Fundamental é de 66% nessas localidades. Pior: apenas 19% completam o Ensino Médio até os 28 anos. Fonte – (Ideb). O desânimo para concluir o Ensino Médio, que algumas repetências já haviam prolongado além do habitual, abortou os sonhos de muitos jovens *“Não dava para andar todos os dias, seis, sete quilômetros. Ainda mais à noite. Esta situação é muito problemática”.* Os jovens pensam, mais à frente, retomar os estudos. *“Porém é fundamental para conseguir um bom emprego”*. Quanto mais na periferia, piores os dados. Na primeira avaliação, alunos do (EJA) da Escola de Santo Amélia — no bolsão de carência de serviços — obtiveram a preocupante pontuação de 2.7. Outra que teve avaliação ruim foi a Escola Municipal Rio D’Ouro (bairro Rio D’ Ouro) com 3.7, quando a meta era 4.0.

**Fonte: (Ideb) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.**

 ***Índice de Desenvolvimento da Educação Básica*** ***– (Ideb)***

**Alunos do sexto ao nono ano, e o ensino medio em Japeri – RJ.**

**IDH educação\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_0,472 Notas Baixas no IDEB\_\_\_**

**Alunos de 18 a 28 anos que completaram o ensino fundamental e Médio.\_\_\_\_\_\_%\_0,719.**

**E. M Rio D`Ouro\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nota\_\_\_\_\_\_\_\_\_3,7.**

**E. M Tassio Andrade Oliveira ( Engº Pedreira)**

**Alunos que completaram o ensino fundamental\_\_\_\_% 35,91**

**Com a idade de 23 a 35 anos\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nota\_\_\_\_\_\_\_\_3.0.**

**E. M. Duque de Caxias(Engº Pedreira)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_% 87,08**

**Alunos de 16 a 21 anos que completaram o ensino fundamental\_\_\_\_\_\_Nota\_\_\_\_\_\_\_\_\_3.0.**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

*Segundo o Índice de desenvolvimento da educação basica – (Ideb) e o (Ipea) as notas do*

*Ensino medio são as piores no município de Japeri – RJ.*

*E. M. Santa Amelia, (Santa Amélia)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_% 33,87*

***Alunos de 15 a 20 anos que completaram o ensino medio\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nota\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_2,5***

*E. M.Ary Schiavo, (Centro)\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_%18,85*

***Alunos de 15 a 22 Anos que completaramo ensino médio\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_Nota\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_2,9***

***A qui não estão incluso todas as escolas, é a penas uma inlustração das informações de dados***

***Fornecidos pelos o (Ideb) e o( Ipea). Instituto de pesquisa econômica aplicada.***

**Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora à idade de outra experiência, a de desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: Sapiente: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria e um máximo de sabor possível. Roland Barthes, Aula (o último parágrafo do texto de sua aula inaugural no colégio de França - Cultrix, São Paulo, 1989).**

 ***A SITUAÇÃO EDUCACIONAL DE JOVENS E ADULTOS***

***E AS TENDÊNCIAS RECENTES DA EJA NO BRASIL***

**1.0** De acordo com a legislação vigente consideramos como público potencial da EJA correspondente ao Ensino Fundamental (EJA\_EF) todos os brasileiros e brasileiras de 15 anos ou mais de idade que não tem instrução e que não completaram o ensino fundamental. Como público potencial da EJA correspondente ao ensino Médio (Eja-EM), são considerados todos os maiores de 17 anos que não completaram o Ensino Médio, em borá tenham completado o fundamental. Os dados do censo 2010 informam que esses públicos correspondiam a 65 milhões e 22 milhões de brasileiros respectivamente.

Das 65 milhões de pessoas com 15 anos ou mais que não completaram o Ensino Fundamental, cerca de 1,3 milhão (2%) estava de fato cursando a EJA no nível fundamental e outros 851 mil (6,2%) estavam em classes de alfabetização de Jovens e Adultos, enquanto aproximadamente 4,9 milhões (7,5%) estavam cursando o ensino fundamental regular com defasagem na relação idade / série ideal. Entre 22 milhões que não completaram o Ensino Médio, cerca de três milhões (14,7%) cursavam o ensino médio regular e 1,5 milhão (7,2%) cursava a EJA-EM. Os dados evidenciam, portanto, que o atendimento do público potencial da EJA é mínimo, e que, mesmo estando parte da demanda sendo atendida pelo ensino regular, há parcela importante – 90,5% para o EF e 77,9% para o EM – que está fora da escola.

**1.1** Se a oferta de EJA estivesse totalmente adequada à demanda, esperaríamos que a distribuição da idade entre os que frequentam e os que não frequentam de fato a EJA fosse à mesma. Porém, a distribuição etária dos alunos que declararam estar matriculados na EJA é bem diferente da distribuição dos que não a frequentam. Os mais Jovens desse público potencial, especialmente nas faixas de 18 a 24 anos, estão mais presentes entre os que frequentam a EJA *(oferta)* do que entre os que não a frequentam *(demanda).* Entre os mais velhos, a relação se inverte. A mesma relação se verifica entre oferta e demanda da EJA no Ensino Médio, porém menos acentuada, uma vez que a maior parte dos velhos não chega a completar o Ensino Fundamental e não participam do público potencial da (EJA).

**Fonte – IBGE: censo – 2010.**

Segundo a Pnad 2009, o público potencial de EJA se distribui de forma equilibrada entre homens e mulheres, nas mesmas proporções que na população em geral, porém há, aproximadamente, 10% a mais de mulheres que efetivamente frequentam a modalidade, tanto para EJA-EF quanto para EJA-EM. Tal fenômeno, provavelmente, reflete a maior persistência das mulheres em permanecer no sistema de ensino, como mostram as estatísticas da educação básica e superior em geral.

 **1.2** Com relação à cor, a Pnad indica que a proporção de pretos e pardos no público potencial da EJA é maior do que na população em geral e que, além disso, eles são os que, proporcionalmente, mais frequentam efetivamente a EJA no Brasil é enorme, correspondendo a 90,5% dos 65 milhões que ainda não completaram o ensino fundamental e a 77,9% dos 22 milhões que teriam ainda o ensino médio a complementar, para ter garantido seu direito à educação básica. A modalidade EJA corresponde ao atendimento de uma parcela mínima do público potencial, sendo que dela participam, predominantemente, em especial no EJA-EF, jovens, mulheres e pessoas negras. E se é verdade que para todos os que não tiveram assegurado o direito à educação básica pesam limitações no acesso ao trabalho e à renda, à participação social e política, os jovens, as mulheres e as pessoas negras, “*tais limitações se manifestam de forma particularmente aguda, como fartamente documentado por estudos de sociologia e economia” (SOUZA; RIBEIRO: CARLHAES, 2010; BARBOSA, 2005.)*

***1.3***Pode-se ter uma idéia do significado dos avanços e dos déficits educacional que ainda persistem, lançando-se mão dos dados do indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), que por anos monitorou os níveis de habilidade da população brasileira Jovem e Adulta (entre 15 e 64 anos), por meio da aplicação da condição de analfabetismo absoluto e também na condição de domínio rudimentar das habilidades de Alfabetismo. Porém tal avanço se traduz principalmente num aumento da população adulta que alcança um nível básico de Alfabetismo. O nível pleno, que nos critérios estabelecidos pelo Inaf corresponderia ao que se espera das pessoas que possuem o ensino fundamental completo, não avança ao longo da década, mantendo-se em torno de apenas um quarto da população.

**Tabela 1 – Evolução do Indicador de Alfabetismo Funcional da população de 15 a 64 anos de idade. 2001 – 2011\***

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Níveis 1 – 2001 – 2002. 2002 – 2003. 2003 – 2004. 2004 – 2005. 2007\* 2009\*. 2011\*. |  |  |  |  |  |  |
| Analfabeto. 12%. 13% 12% 11% 09% 07% 06% |  |  |  |  |  |  |
| Rudimentar. 27% 26% 26% 26% 25% 20% 21% |  |  |  |  |  |  |
| Básico. 34% 36% 37% 38% 38% 46% 47% |  |  |  |  |  |  |
| Pleno. 26% 25% 25% 26% 28% 27% 26% |  |  |  |  |  |  |
| Bases. 2000 2000 2001 2002 2002 2002 2002 |  |  |  |  |  |  |

**Fonte: Inaf Brasil 2001 a 2011.**

**\* Os resultados até 2005 são apresentados por meio de médias móveis de dois anos, de modo a possibilitar**

**A comparabilidade com as edições realizadas nos anos seguintes.**

O Inaf mostra, focalizando a população de Jovens e Adultos, grande parte deste inserida no mercado de trabalho e os resultados de uma ampliação de oportunidades educacionais sem qualidades, que repõe a necessidade de continuidade de estudos e de educação continuada de forma geral. Ainda que na década compreendida tenha aumentado o percentual da população que alcança os níveis médio e superior de ensino, o resultado dessa escolarização em termos de domínio das habilidades básicas diminui.

**Tabela 2 Níveis de Alfabetismo da população de a 64 anos de idade pó escolaridade – 2001 - 2011**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  |  |  |  |  |  |  |
| Níveis--------Até Ensino Fundamental – 1. Ensino Fundamental – 2. Ensino Médio. E Superior |  |  |  |  |  |  |  |
| (2001 – 2002) – 2011----------->- (2001 – 2002) – 2011------->- (2001 – 2002) - 2011. – ( 2001 a 2011) |  |  |  |  |  |  |  |
| Analfabeto 30% 21% 1% 1% 0% 0% 0% |  |  |  |  |  |  |  |
| Rudimentar 44% 44% 26% 25% 10% 8% 4% |  |  |  |  |  |  |  |
| Básico 22% 21% 51% 59% 42% 47% 34% |  |  |  |  |  |  |  |
| Pleno 5% 3% 22% 15% 49% 35% 62% |  |  |  |  |  |  |  |

**Bases 797 536 555 476 481 701 289**

**Fonte: Inaf Brasil 2001 – 2002 – 2011**

Ainda que o atendimento na EJA tenha sido sempre diminuto frente à demanda, verificava-se um crescimento importante no número de matriculas dessa modalidade até 2007, quando começa a diminuir em todo o país. Ainda que a queda mais acentuada de 2007 possa ser parcialmente atribuída a uma mudança no método de coleta dos dados naquele ano, a queda nos subseqüentes confirma a tendência, que se repete em todas as regiões geográficas do país e na maior parte dos Estados. A situação gerou perplexidade entre gestores de políticas, estudiosos, educadores e ativistas comprometidos com a defesa dos direitos educacionais, principalmente porque justamente em 2007, com instituição do Fundeb, a EJA foi incluída no sistema de fundos que regula a colaboração entre esferas de governo no financiamento da educação básica e, desde 2003, uma série de medidas vinha sendo tomada em âmbito federal, para fortalecer a oferta de EJA por Estados e municípios.

Em 1996, quando o sistema de fundos para o financiamento da educação foi instituído apenas para o ensino fundamental, a EJA havia sido dele excluída por veto presidencial. Ainda que com fator de ponderação de 0,8 do valor de referencia e com um limite de gasto na marca dos 15% do fundo, a expectativa era a de que a inclusão da EJA no Fundeb seria um importante indutor de oferta e que a enorme demanda potencial automaticamente responderia a ela. O fato de essa expectativa não ter se cumprido gerou uma seria um hipóteses, entre elas, a concorrência indesejável de programas voltados ao mesmo público, como o Projovem, ou ainda o novo impulso dado à certificação via exames devido à criação do encceja. Tais alternativas desestimulariam o publico a buscar os cursos presenciais de EJA, dificultando a consolidação do formato que vinha se impondo como estruturante da política.

Os estudos realizados no âmbito da proposta de trabalho da Ação Educativa apoiada pelo Inep indicam, entretanto, que a problemática é mais complexa: remete aos valores e às concepções que animam as políticas e sua disposição para atrair a demanda por meio de busca ativa e oferta de conteúdos e condições adequadas aos educando jovens e adultos e à capacidade de não somente sobrepor diferentes formatos, mas de integrá-los num todo que responda às necessidades e às expectativas de um público muito diverso em termos de faixa etária, de gênero e racional. A história da EJA ensina que a demanda potencial não se transforma em demanda real sem que haja estímulo por parte das políticas públicas, tanto por meio da oferta de serviços de qualidade quando pela busca ativa daqueles que podem ser beneficiados por eles.

 ***PRESSUPOSTO TEORICO SOBRE A EVASÃO ESCOLAR***

**1.0** *Na visão Francisca Vera Martins de Azevedo, aluna do Curso de Especialização em Educação pela Faculdade de Natal, 2000, no Brasil,* como em vários países da América Latina, as antigas elites formadas por oligárquicos com influências liberais – costumaram-se a ver “alavancar do progresso”. Assim tomaram o tema analfabetismo e despejaram rios de retórica. Dizendo que o país jamais poderia encontrar seu caminho e a democracia jamais poderia ser uma realidade enquanto tivermos uma taxa tão alta proporção de analfabetos. *A “ignorância” e o “atraso”* eram duas faces moeda. Palavras, muitas palavras e por certo algumas verdades, mas nenhuma ação. *Depois de 1945, Na visão de os grupos de direita voltaram ao assunto sobre alfabetização,* mas agora para justificar a tradicional exclusão dos analfabetos do processo eleitoral e para alavancar os populistas afoitos e propostos às mudanças pelos direitos de igualdade social, começando um novo processo de transição no setor educacional, com novas políticas, mas mesmo assim não tem sido satisfatória às camadas populares que para o pensamento da nação viriam para resolver os problemas do analfabetismo e reverter este quadro do ensino público, na qual os resultados de melhoria da educação só aparecem em longo prazo.

***1.2***Portanto, a política repressora contribuiu interferindo no processo evolutivo e dentro destas políticas radicais mantendo-se distante a interferindo no processo evolutivo e dentro destas políticas radicais mantendo-se distante a realização dos idealistas que lutavam pelo direito ao saber formal. Na década de 60, surge a nova perspectiva do ensino para jovens e adultos, através do círculo da cultura pelo célebre Paulo Freire, que expandiu a oportunidade em alguns municípios, instruindo os trabalhadores através de suas teorias liberais e libertadoras, abrindo novos horizontes à sabedoria da consciência política e revolucionária que partia do seu método, do contexto sócio-cultural e histórico das pessoas. Com seu trabalho, no período, teve grande repercussão não só no sentido do ler e escrever, mas dando maior ênfase à conscientização política de organização das camadas populares; foi reprimido diante de seu ato formador conseguindo em 40 dias alfabetizar grupos de trabalhadores dentro dos princípios humanos e democráticos. De acordo com a visão de Paulo Freire: “*Em todo homem existe um ímpeto criador. O ímpeto de criar nasce da inconclusão do homem. A educação é mais autêntica quanto mais desenvolve este ímpeto ontológico de criar. A educação deve ser”.*

**1.3**Nesse sentido entende-se que os educadores precisam doar-se para que o processo da educação formal de jovens e adultos aconteça de maneira natural e com qualidade, pois como afirma o autor acima a educação é um processo que deve acontecer de forma espontânea, dando oportunidade para o conhecimento. Concepção de alguns autores em relação a prática escolar na EJA até finais dos anos 50, a alfabetização de adultos não dispunha de um referencial teórico próprio, sendo utilizados, os mesmos procedimentos e recursos metodológicos com as crianças e não com jovens e adultos. Vejamos o que Moura afirma sobre o assunto: *As iniciativas e ações que ocorrem neste período passam a margem das reflexões e decisões a cerca de um referencial teórico para a área [...] essas hipóteses podem ser confirmadas através do comportamento de alguns educadores que durante muito tempo reagiram à idéia de mudar a forma de ensino para criança adaptando-os através de recursos didáticos a jovens e adultos. (MOURA, 2001, p.26)*

**2.0** Nesta visão de Moura (2001) foram difíceis para os educadores, na época, que trabalhavam com jovens e adultos, seguirem uma linha metodológica orientadora, pois tudo o que foi produzido na época foi recolhido pelo período revolucionário. Diante deste quadro aumentou o grau de desigualdade social em todas as regiões do país. Para amenizar a situação começaram a serem criadas escolas técnicas que preparavam para mão-de-obra barata, sem a preocupação com a formação intelectual em outras áreas do conhecimento, sem nenhuma estruturação de base de acordo com as necessidades do mercado de trabalho, mas somente com a preocupação de aumentar a produtividade econômica e não com a formação educacional. Dessa forma, de acordo com o pensamento de Moura, passaram a existir poucas escolas no sentido da formação conceitual, com currículos elaborados e definidos, mas dentro de um sistema tradicional totalmente com currículos elaborados e definidos, mas dentro de um sistema tradicional totalmente conteudista, na qual o aluno era um mero acumulador dos conhecimentos científicos repassados pelos mestres. A preparação era com os conteúdos e as formas metodológicas absolutas sem significação para o alunado, e mesmo assim eram privilégios de poucos a compartilhar destes saberes.

**2.1** Mediante este quadro de dificuldades no processo da evolução da escola pública brasileira, gerou ao longo da sua história sérios problemas no desempenho do aluno, atrasando todo o processo escolar e dificultando sua progressão, provocando uma distorção de série e excluindo mais o jovem que se sentiu incapaz de aprender ou dominar os conteúdos estabelecidos pelas escolas públicas brasileiras. Surge então a necessidade das escolas assumirem o seu verdadeiro papel na formação integral do indivíduo, trabalhando uma proposta curricular voltada para as necessidades de seus educando, com conteúdos de relevância suprindo as dificuldades de todos os que estão inseridos no processo do aprender, e é, neste sentido que a escola aos poucos vem tentando mudar este quadro de atraso político educacional. Portanto, o processo do ensino com competência e responsabilidade, o professor deve estar preparado para as mudanças, pois a escola está dentro do sistema dialético sempre se renovando de acordo com as necessidades dos alunos, como mostra *Candau (1994, p.26): “O educador, nunca estará definitivo e pronto, pois sua preparação, sua prática continua meditando através das teorias e confrontando entre si”.*

**2.2** *Na visão da autora a competência e inovação da escola, dependerão da sua responsabilidade que motivará e caminhará para as transformações realizadas pela reflexão constante sobre a sua prática, propondo aos educando conhecimentos inerentes aos diversos contextos escolares e extra-escolares, encontrar meios que facilitem sua aprendizagem e o desenvolvimento educacional.* Se o sistema regular de ensino passou por várias transformações não têm sido diferente o ensino para jovens e adultos. Segundo Candau (1994), qualquer proposta teórica metodológica em educação assim como em qualquer área, implica uma concepção de homem, de sociedade e de educação, tendo referência o aporte das ciências como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, a Biologia, a História etc. Além desses construtores teóricos, a proposta precisa estar iluminada pela prática, com base nos grandes teóricos e defensores da alfabetização para jovens e adultos, tendo sempre por trás uma experiência prática, testada, voltada aos propósitos de mudança das classes menos favorecidas, principalmente aos trabalhadores. Sendo demarcado o seu campo de estudo, e *“situá-lo”* definindo o para quê, para quem e como, a fim de que se possa expressar, descrever e estudar o seu objetivo de

estudo*. Diz Marx: A educação é o único caminho capaz para transformação humana social dos indivíduos, conduzindo-os para uma visão crítica, conscientizando e preparando-os para viverem em sociedade e assumindo a sua cidadania.* (MARX, 1991, p.27) A partir desta idéia surge o novo célebre defensor da educação para jovens e adultos Paulo Freire, abrindo novos caminhos e desafiando o mundo através de sua proposta nos anos 50. Veremos como se processou o sistema de alfabetização de forma instrumental mecânica, até a década de 80, quando começou a surgir através da reflexão e da utilização dos resultados prestados por ele, que desenvolveu um grande trabalho educacional em vários estados e municípios até a década de 60 e como maiores experiência citou o município de Angicos, cujos resultados foram de 100% em aprendizagem. Durante 40 dias, através do círculo, Freire trabalhou com jovens e adultos a partir do contexto individual de cada aluno, juntando as idéias significativas dos mesmos, através dos objetos de trabalho para se chegar aos códigos linguísticos, pois para ele saber falar todos tinha domínio, o que faltava era associar a linguagem oral à complexidade dos códigos escritos, pois, como Freire afirma, *“Aprender a ler, a escrever, alfabetizar-se é, antes de tudo, aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto, não numa manipulação dinâmica que vincula linguagem a realidade.” (FREIRE, 1997, p.81).*

**2.3** *Francisca Vera Martins de Azevedo (2000)* analisa que diante desta visão política e inovadora de Freire surge no país novos programas para a alfabetização de jovens e adultos, mas não vem respondendo o esperado pelos governantes, fugindo da política inovadora de Freire e de outros teóricos que contribuíram para a formação dos jovens e adultos vindo responder em outras propostas, deixando a cada dia o ensino para jovens e adultos sem credibilidade, tornando-se desinteressante para os que buscam recuperar o tempo escolar perdido, professores desesperados, desestimulados, sem visão do programa e de seus objetivos, crescendo cada dia de maneira desordenada a evasão e a repetência, por falta da consciência política e moral dos alfabetizadores, que não possuem o senso de visão que a escola é o local de progressão e evolução para a vida profissional, daquele estudante e trabalhador sofrido e excluído da sociedade na qual ele mesmo tenha tentado se incluir. Pode-se perceber, partindo das discussões de *Marx (1991) e Freire (1997)* que nos dias atuais as consequências da evasão escolar têm sido drásticas seus resultados, apesar de surgir atualmente, novas políticas de incentivo em vários campos de alfabetização para jovens e adultos, qualificação profissional na área de alfabetizar-nos vários níveis do ensino, assistência e acompanhamento às instituições escolares, auxílio às famílias carentes, materiais didáticos, mas mesmo assim não se tem obtido resultados positivos. A cada dia, nas escolas, os alunos apresentam uma conduta inadequada; isso pode ser atribuído à desestruturação familiar, ao uso de drogas, a prostituição e os conteúdos, para a maioria, não possuem nenhuma significação.

**Segundo a visão de Arroyo, “Na maioria das causas a evasão escolar tem a responsabilidade de atribuir à desestruturação familiar, e o professor e o aluno não têm responsabilidade para aprender, tornando-se um jogo de empurra.” (ARROYO, 1997, p.23)**

 ***O PROFESSOR ATUAL É PRECISO ESTA PREPARADO***

**1.0** Sabemos que a escola atual é preciso estar preparada para receber e formar estes jovens e adultos que são frutos dessa sociedade injusta, e para isso é preciso, professores dinâmicos, responsáveis, criativos, que sejam capazes de inovar e transformar sua sala de aula em um lugar atrativo e estimulador. *Como mostra Menegolla (1989), “o professor necessita selecionar os conteúdos que não sejam portadores de ideologias destruidoras de individualidades ou que venham atender a interesses opostos aos indivíduos”.* De acordo com o ponto de vista de *Menegolla (1989)* a seleção de conteúdos é de alto valor pedagógico, que deve estar direcionados aos interesses sociais, culturais e históricos do aluno, para que as aulas sejam significativas e atraentes, que sirva para o despertar ideológico, conduzindo para o meio social como cidadão crítico, questionador e formador de opiniões. No entanto, as evasões escolares diante das análises e de vários fatores sociais, culturais, históricos e econômicos, estão incluídas nestas causas e consequências. Como também a escola possui sua parcela de culpa juntamente com o apoio pedagógico e professores que não procuram ser mais criativo nas suas aulas, pois sabemos que vivemos em um mundo globalizado e a sociedade extra-escolar está à frente do desenvolvimento através das ofertas sociais. Enquanto a escola se mantém atrasada sem nenhuma condição inovadora para competir com o mundo social fora da escola, torna-se difícil se reverter este quadro da evasão escolar, a não ser que o corpo escolar procure novas metodologias através da criatividade humana, didática e pedagógica.

**1.1** Educações de Jovens e Adultos no Brasil vem marcada pela reprodução dos conceitos das elites que, ao longo dos séculos dominam o país. Destaca-se que no período colonial, havia uma estrutura no trabalho de catequização realizado pelos jesuítas que incluía, além da difusão do evangelho e o ensinamento dos ofícios básicos ao funcionamento da economia colonial, destinado aos índios e negros, outra destinada aos filhos dos proprietários. Considerando que as elites econômicas da época, é quem detinham os privilégios, pouco ou quase nada, foi realizado quanto à educação de jovens e adultos, no Brasil colônia. Com o advento da Constituição de 1824, sob forte influência européia, firma-se a garantia de *“instrução primária para todos os cidadãos”.* Porém, como os conceitos de cidadania eram restritos aos donos do poder econômico, continuava grande parcela da população, os escravos, as mulheres, os pobres, dentre outros, alijados do processo. No período Vargas, pode-se dizer o Estado brasileiro posiciona-se contrariamente ao federalismo de oligarquias regionais e passa a reafirmar-se como uma Nação e, com isso, o papel central do Estado manifesta-se de maneira inequívoca. Diante disso, há consequências nos aspectos educacionais, cujos pontos básicos destas, são a criação de um Plano Nacional de Educação, fixado, coordenado e fiscalizado pelo governo federal, que determina de forma clara as competências de cada uma das esferas de governo Federal, Estadual e Municipal *(HADDAD, DI PIERRO, 2000). Na visão de Miguel Arroyo (2001)* a educação de adultos, de forma sistemática e contínua, só ocorreria na década de 40 do século passado.

**1.2** Em decorrência do processo de industrialização, a década de 30 foi um período de grandes transformações no Brasil em que foi possível evidenciar-se uma grande concentração populacional em centros urbanos: o aumento considerável da oferta do ensino básico gratuito a diversos segmentos da sociedade; o governo federal impulsionando a educação elementar e traçando diretrizes educacionais para todo o país, determinando as responsabilidades dos Estados e Municípios. E neste contexto, segundo Arroyo que a educação básica de jovens e adultos começa garantir seu lugar na história da educação brasileira, o ensino elementar estende-se para os adultos, principalmente nos anos 40. Em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, era urgente integrar os povos em busca de paz e democracia.

**1.3** Segundo Maria Clarisse Vieira, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais, a educação de jovens e adultos (EJA) tem uma longa história no Brasil. Desde os tempos do Brasil Colônia e do Império registram-se experiências voltadas a este campo educativo. Todavia, tais iniciativas foram raras e pouco significativas no que se refere ao número de educando envolvido. É somente nos anos 1940 que começa a se delinear de forma mais sistemática uma política pública do Estado brasileiro direcionada às grandes massas de jovens e adultos. A partir deste momento, a educação de jovens e adultos começa a ser tratada como campo específico, diferenciado da educação elementar comum, ganhando espaço e presença no pensamento pedagógico e na política educacional brasileira.

**“Miguel Arroyo (2001) afirma que a EJA tem uma história muito tensa, pois é atravessada por interesses diversos e nem sempre consensuais”.**

***1.4*** Os olhares conflituosos sobre a condição social, política e cultural dos sujeitos aos quais se destina esta oferta educativa têm condicionado as diferentes concepções de educação que lhes é oferecida. O espaço reservado a sua educação no conjunto das políticas oficiais se confunde com o lugar social destinado aos setores populares em nossa sociedade, sobretudo quando *“os jovens e adultos são trabalhadores, pobres, negros, subempregados, oprimidos, excluídos” (ARROYO 2001, p. 10).* Em contraposição a esta história oficial, o lugar social, político e cultural pretendido pelos excluídos como sujeitos coletivos na diversidade dos movimentos sociais que os constituem inspirou e vem inspirando práticas e concepções avançadas e criativas que também fazem parte da memória da EJA. É nessa arena de lutas e embates que o campo pedagógico da EJA vem se desenvolvendo, sendo marcadas por avanços e retrocessos, rupturas e continuidades. Esse autor ainda nos convida a voltar nosso olhar para as experiências de educação popular que marcaram o final dos 50 e início dos anos 60 e incorporá-las às políticas de EJA atuais.

***1.5*** A herança legada pelas experiências de educação de jovens e adultos inspiradas no movimento de educação popular experiências de educação de jovens e adultos inspiradas no movimento de educação popular não é apenas digna de ser lembrada e incorporada, quando pensamos em políticas e projetos de EJA, mas continua tão atual quanto nas origens de sua história, nas décadas de 50 e 60, porque a condição social e humana dos jovens e adultos que inspiraram essas experiências e concepções também continua atual [...] em tempos de exclusão, miséria, desemprego, luta pela terra, pelo teto, pelo trabalho, pela vida*. “Tão atuais que não perderam sua radicalidade, porque a realidade vivida pelos jovens e adultos populares continua radicalmente excludente”. (ARROYO, 2001, p. 11). -*

 Essa afirmação de Arroyo estimulou e fortaleceu o desejo de dar visibilidade à presença da educação popular na configuração da EJA, por meio da memória e da experiência daqueles que viveram e testemunharam esses momentos. Para isso, foram entrevistados educadores nascidos em diferentes lugares do Brasil, entre as décadas de 30 e de 40. A maioria desses educadores, durante sua juventude, nos anos 1960, participou de movimentos que em sua constituição eram radicalmente diversos das iniciativas anteriores de educação de adultos.

***1.6*** Tais experiências foram curtas, mas densas no que se refere aos aspectos culturais, educativos e políticos. Havia um compromisso político explícito assumido com os grupos oprimidos e uma orientação direcionada às transformações das estruturas sociais. Essas iniciativas foram interrompidas com a ditadura militar. Entretanto, após essa intervenção – tomando-se por base trajetórias singulares, esses educadores continuaram desenvolvendo atividades tomando-se por base trajetórias singulares, esses educadores continuaram desenvolvendo atividades relacionadas à educação popular, constituindo sua identidade profissional com base nesse campo educativo. Em 1964, o *PNA - Programa Nacional de Alfabetização de Adultos foi o último dos programas desse ciclo, cujo planejamento incorporou largamente as orientações de Paulo Freire, organizado pelo Ministério da Educação.*

**1.7** Pois, o Golpe militar de 1964, provocou uma ruptura política nos movimentos de educação e cultura populares, essa e outras experiências acabaram por desaparecer ou desestruturar-se sob a violenta repressão dos governos do ciclo militar iniciado naquele mesmo ano *(HADDAD, 2000; DI PIERRO, 2000; RIBEIRO 2001; VIEIRA 2004).* De acordo com Vieira (2004), os trabalhos relativos à educação de adultos ficaram paralisados até 1966, quando foi instituída na via oficial a Cruzada *ABC – Ação Básica Cristã* que buscou ocupar os espaços deixados pelos movimentos populares, anteriores ao golpe militar. Dado às críticas recebidas dos técnicos do MEC, relativamente ao seu caráter assistencialista, material inadequado à realidade do educando, ao corte nos recursos financeiros, nos anos 70 a 71, o programa foi gradativamente extinto, coincidindo com a criação do *MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização.* O MOBRAL, criado em dezembro de 1967, mas que, a partir de 1969, foi organizado pelo governo como um programa de proporções nacionais, voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país. Constitui-se, nos anos 70, no grande projeto de impacto dos governos localidades do país. Constitui-se, nos anos 70, no grande projeto de impacto dos governos militares.

1.8 O fim do governo militar e a retomada do processo de democratização do país, são expressos nos movimentos da Anistia, das Diretas Já, dentre outros, o que leva os movimentos envolvidos com a educação a uma nova postura diante das diretrizes educacionais no país. *O MOBRAL* é extinto em 1985, e substituído pela Fundação Educar, o que marca uma ruptura com os governos autoritários. Nesse contexto de redemocratização, é que percebe-se um alargamento nas práticas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos e as experiências populares desenvolvidas na clandestinidade, retomam sua posição de participantes do processo passando a influenciar programas públicos e comunitários de alfabetização de adultos *(HADDAD, DI PIERRO, 2000). O Brasil dos anos oitenta foi colorido com a conquista da anistia, das eleições diretas, da abertura política, enfim, com a conquista da democracia.* No campo da Educação de Jovens e Adultos – EJA, o período foi marcado pelo deslocamento de uma visão compensatória, para uma visão da educação como direito, resultado de um processo que se constrói ao longo da vida. Essa concepção é confirmada pela inserção de artigos na Constituição Federal, que seguem na direção de tal aspiração, vide, por exemplo, artigos 205 e 208 da Carta Magna.

 ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

Diante do exposto foi possível rever alguns aspectos da educação de jovens e adultos, no Município de Japeri – RJ. Tais como o histórico da EJA e sua evolução, a formação do professor e suas práticas de ensino na EJA, além de constatar que a EJA é uma educação possível. Ao longo dos anos, o avanço da tecnologia e da economia tem feito com que as pessoas sintam necessidade de retornar à sala de aula para aprimorar seus conhecimentos ou conseguir um diploma atestando uma escolarização mais elevada. Considerando a trajetória da EJA no Brasil, este tem sido pautado por campanhas ou movimentos desenvolvidos, a partir da administração federal, com envolvimento de organizações da sociedade civil, visando à realização de propostas ambiciosas de eliminação do analfabetismo e formação de mão-de-obra, em curtos espaços de tempo. Nos dias de hoje a alfabetização não visa somente à capacitação do aluno para o mercado de trabalho é também necessário que a escola desenvolva no aluno suas capacidades, em função de novos saberes que se produzem e que demande um novo tipo de profissional, que o educando obtenha uma formação indispensável para o exercício da cidadania. A acomodação dos educando é um outro fator que colabora para o estado de mesmice dos educadores, pois esses se acostumaram com a cartilha como sendo o único meio de aquisição da leitura e escrita. A partir dessas conclusões, tenho em vista também algumas considerações no sentido de recomendar que sejam feitos cursos regulares de capacitação para os profissionais atuantes nas classes da EJA, para que os mesmos possam refletir sobre sua prática e criar estratégias para modificar essa prática descontextualizada; o investimento por parte do Município, subsidiando materiais didáticos para que se possam criar ambientes estimuladores do processo da aquisição da leitura e da escrita; a parceria dos familiares e da própria instituição de ensino, em dar credibilidade à atuação dos educadores, no sentido de não cobrar que a cartilha seja utilizada e preenchida em um tempo mínimo fixado e, por fim, poder contar com a disposição, boa vontade e entusiasmo dos professores em assumir esse compromisso de mudança, para que esse espírito de transformação contagie e motive os educando das classes da EJA, para que os mesmos também lutem para ser partícipes de uma prática educativa coerente com a realidade cultural por eles vivenciada. É oportuno lembrar que todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA: os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA, às escolas devem elaborar um projeto adequado para seus próprios alunos e não seguir modelos prontos, os professores devem estar sempre atualizando seus conhecimentos e métodos de ensino, os alunos devem sentir orgulho da EJA e valorizar a oportunidade que estão tendo de estudar e ampliar seus conhecimentos. À sociedade cabe contribuir com a EJA não discriminando essa modalidade de ensino nem seus alunos, e por fim, as pessoas em geral que conhecerem um adulto analfabeto deve falar da importância da educação e incentivá-los a procurar uma escola de EJA.



***REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS***

ARROYO, Miguel G. da. Escola coerente à Escola possível. São Paulo: Loyola, 1997. CANDAU, Maria Vera. A didática em questão. 13 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

DI PIERRO, Maria Clara. Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas de educação de jovens e adultos.

Educação e Pesquisa, vol. 27, São Paulo, 2001. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade.  ed. Rio de Janeiro- RJ: Paz e Terra, 1997. FREIRE, Paulo.

A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 41a edição, Coleção: Questões de Nossa Época, Cortez Editora: São Paulo - SP, 2001.

FREITAS, Jussara da Rocha. Alunos e alunas da classe trabalhadora na escola noturna: obediência e resistência. Porto Alegre, 1994.

 HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos. Vol. 1, São Paulo em Perspectiva, 2000.

 MARX, Karl. Formações Econômicas Pré-capitalistas. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MENEGOLLA, M. Didática: aprender a ensinar. 5 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

 MOURA, Tânia Maria de Melo. A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

 Uma experiência educacional em Novo Horizonte: os desencontros dos bem-intencionados ‘agentes de transformação’. Cuiabá, 1994.

Dados do Município de Japerí - RJ (Ideb) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Saus Qd 5 Bloco K Lt 4, 17 - Asa Sul - Brasília, Distrito Federal Brasília - telefone: +55 (61) 303404

Dados de pesquisa EJA. IDH Japerí – RJ. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). SQN Qd. 712 Blocos F 2º andar Asa Norte – 74.000.000 Brasília – DF.

FAUNDEZ, Antonio. Oralidade e escrita: experiências educacionais na África e na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 105p.